



Prefeitura Municipal de Marília Prudente-SP
Fiscal de Rendas

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários).	1
Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras.	30
Pontuação.	32
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.	35
Concordância verbal e nominal.	43
Regência verbal e nominal.	44
Colocação pronominal.	45
Crase.	47
Exercícios	48
Gabarito	53
Exercícios Comentados.....	54

MATEMÁTICA

Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal;	1
Mínimo múltiplo comum; Máximo divisor comum;	11
Porcentagem;	14
Razão e proporção;	16
Regra de três simples ou composta;	20
Equações do 1º ou do 2º grau; Sistema de equações do 1º grau;	22
Grandezas e medidas – quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa;	34
Relação entre grandezas – tabela ou gráfico;	38
Tratamento da informação – média aritmética simples;	40
Noções de Geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, Teoremas de Pitágoras ou de Tales.	44
Questões	60
Gabarito'	65
Exercícios Comentados.....	69

INFORMÁTICA

MS-Windows 10: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2016.	1
MS-Word 2016: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos,	

SUMÁRIO



cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto.	12
MS-Excel 2016: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados.	19
MS-PowerPoint 2016: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides.	27
Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.	35
Internet: navegação na Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.	38
Exercícios.....	44
Gabarito.....	49

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios para legislar sobre Direito Tributário	1
Limitações Constitucionais do Poder de Tributar	2
Tributo: conceito, natureza jurídica e espécies	4
Normas Gerais de Direito Tributário	9
Da Legislação Tributária Municipal.....	10
Das Imunidades Tributárias.....	11
Da Administração Tributária Municipal	13
Da Obrigação Tributária; Das Modalidades; Do Fato Gerador; do Sujeito Ativo; do Sujeito Passivo: Da Solidariedade	16
Do Domicílio Tributário	22
Da Responsabilidade Tributária: da responsabilidade dos sucessores, da responsabilidade de terceiro, da responsabilidade por infrações, da denúncia espontânea	23
Da Constituição do Crédito Tributário: do lançamento, do arbitramento, da fiscalização, da cobrança e do recolhimento. Da Suspensão do Crédito Tributário: das modalidades de suspensão, da moratória, do parcelamento, da cessação do efeito suspensivo.	
Da Extinção do Crédito Tributário: das modalidades de extinção, do pagamento, da compensação, da transação, da remissão, da prescrição, da decadência, da conversão do depósito em renda, da homologação do lançamento, da consignação em pagamento, da dação em pagamento em bens imóveis, das demais modalidades de extinção.	
Da Exclusão do Crédito Tributário: das modalidades de exclusão, da isenção, da anistia, do cancelamento do crédito tributário. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário.....	26
Da Dívida Ativa. Das Certidões: certidão negativa, certidão positiva com efeito de negativa	37
Dos Prazos	40
Da Atualização Monetária dos Créditos Municipais	41
Do Processo Administrativo Fiscal	42
Dos Direitos e dos Deveres do Sujeito Passivo	43
Dos Impedimentos e da Suspensão.....	45

SUMÁRIO



Dos Atos e Termos do Processo Fiscal: da forma, tempo e lugar dos atos do processo, do procedimento fiscal, das normas gerais da fiscalização, da apreensão de bens e documentos, da comunicação dos atos do processo fiscal	47
Das Nulidades do Processo Fiscal.....	48
da Formalização do Lançamento: da notificação de lançamento, da notificação, do auto de infração e imposição de multa infracional, das impugnações do lançamento	48
Da Instrução do Processo Fiscal.....	51
Da Primeira Instância Administrativa.....	52
Da Segunda Instância Administrativa.....	53
Das Normas Comuns às Duas Instâncias de Jurisdição Administrativa Municipal.....	54
Do Processo Em Espécie: da restituição, do processo de consulta tributária, da representação.....	55
Do Cadastro Fiscal.....	57
Cadastro Imobiliário.....	58
Cadastro Mobiliário: da inscrição e da alteração, da baixa de inscrição, do cadastro de prestadores de serviços de outros Municípios – CEPOM.....	59
Dos Tributos Municipais em Espécie.....	60
Do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU: do sujeito passivo, do lançamento, do recolhimento, das isenções, do IPTU verde, do IPTU Solidário, da Base de Cálculo, das Alíquotas, da Planta Genérica de Valores, do Valor Venal do Imóvel ..	60
Do Pedido de Revisão de Valor Venal. Do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos e de Direitos a Eles Relativos – ITBI: do fato gerador, das imunidades e das isenções, do contribuinte e responsável, da base de cálculo, das alíquotas, do lançamento, do pagamento e da restituição.....	65
Das Obrigações dos Registradores e dos Cartórios	69
Do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN: Do Fato Gerador, Do Aspecto Material, Do Aspecto Temporal, Do Aspecto Espacial; Do Sujeito Ativo e Passivo; Do Responsável, Da Retenção na Fonte do ISSQN; Dos Elementos Quantitativos, da base de cálculo, da redução da base de cálculo, das isenções; Do ISSQN fixo; Das alíquotas e da Apuração do ISSQN; Do Lançamento, da estimativa, do arbitramento, do ISSQN sobre eventos. Pagamento.....	72
Das Obrigações Acessórias: dos livros fiscais, na Nota Fiscal de Prestação de Serviços – NFS-e, da Carta de correção eletrônica, do recibo provisório de serviços – RPS, do controle de autenticidade, da declaração eletrônica de serviços de instituições financeiras – DESIF, das declarações eletrônicas das administradoras de cartões de crédito e débito, operadoras de leasing e planos de saúde	75
Do Domicílio Fiscal Eletrônico.....	79
Das Taxas: do fato gerador, da incidência, do lançamento, do recolhimento, da inscrição	80
Da Taxa De Licença Para Localização E Fiscalização Para Funcionamento: do fato gerador, do sujeito passivo, do alvará de funcionamento, das formas e prazo de pagamento, das isenções.....	83
Da Taxa De Licença Para Funcionamento Em Horário Especial: fato gerador, do sujeito passivo, das formas e prazo de pagamento, isenções	85
Da Taxa De Licença Para O Exercício De Comércio Eventual Ou Ambulante: da incidência e do fato gerador, dos contribuintes, de forma e prazo de pagamento, das isenções	86
Da Taxa De Licença Para Execução De Obras Particulares: fato gerador, do sujeito passivo, das formas e prazo de pagamento.....	86
Da Taxa De Licença Para Execução De Arruamentos E Loteamentos De Terrenos Particulares: fato gerador, do sujeito passivo, das formas e prazo de pagamento.....	87

SUMÁRIO



Da Taxa De Licença Para Publicidade: fato gerador, do sujeito passivo, das formas e prazo de pagamento.....	87
Da Taxa De Licença Para Ocupação Do Solo Nas Vias E Logradouros Públicos: fato gerador, do sujeito passivo, das formas e prazo de pagamento.....	88
Da Taxa De Expediente.....	88
Da Taxa De Serviços Diversos.....	89
Da Taxa De Fiscalização E/Ou Serviços Diversos De Vigilância Sanitária: fato gerador, do sujeito passivo, das formas e prazo de pagamento.....	91
Da Taxa De Fiscalização E De Serviços Diversos De Desenvolvimento Agropecuário: fato gerador, do sujeito passivo, das formas e prazo de pagamento.....	91
Da Contribuição De Melhoria: da incidência, do sujeito passivo, da base de cálculo, do lançamento e da arrecadação.....	91
Da Contribuição Para Custeio Do Serviço De Iluminação Pública.....	94
Das Infrações E Das Penalidades Previstas Na Legislação Tributária Municipal.....	95
Noções Básicas Do Regime Compartilhado De Arrecadação, Cobrança E Fiscalização De Tributos Aplicável Às Microempresas E Empresas De Pequeno Porte, Previsto Na Lei Complementar N° 123/2006 (Simples Nacional), Que Abrange A Participação De Todos Os Entes Federados (União, Estados, Distrito Federal E Municípios).....	96
Noções Básicas Do Repasse Da Cota-Parte Do Icms Para Os Municípios: acompanhamento do índice de participação dos Municípios, Valor Adicionado, DIPAM.....	100
Legislação Tributária Municipal e outras pertinentes: Legislação Municipal: Lei Orgânica do Município.....	104
Lei Complementar nº 889, de 20 de dezembro de 2019 – Institui o Código Tributário do Município de Marília.....	154
Legislação Estadual (SP): Lei Estadual nº 3.201/81, alterada pelas Leis nº 8.510/93, 9.332/95 e 17.348/2021.....	253
Decreto nº 66.702/2022.....	256
Portaria CAT 45/2001, 66/2018 e 12/2019.....	259
Legislação Federal: Constituição Federal.....	265
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.....	271
Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 – Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, de Competência dos Municípios e do Distrito federal, e dá outras providências.....	304
Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Simples Nacional);.....	317
Resolução CGSN 140 de 24/05/2018. (Simples Nacional).....	372
Exercícios.....	448
Gabarito.....	461

SUMÁRIO



Compreensão e interpretação de textos

Chegamos, agora, em um ponto muito importante para todo o seu estudo: a interpretação de textos. Desenvolver essa habilidade é essencial e pode ser um diferencial para a realização de uma boa prova de qualquer área do conhecimento.

Mas você sabe a diferença entre compreensão e interpretação?

A compreensão é quando você entende o que o texto diz de forma explícita, aquilo que está na superfície do texto.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Por meio dessa frase, podemos entender que houve um tempo que Jorge era infeliz, devido ao cigarro.

A interpretação é quando você entende o que está implícito, nas entrelinhas, aquilo que está de modo mais profundo no texto ou que faça com que você realize inferências.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Já compreendemos que Jorge era infeliz quando fumava, mas podemos interpretar que Jorge parou de fumar e que agora é feliz.

Percebeu a diferença?

Tipos de Linguagem

Existem três tipos de linguagem que precisamos saber para que facilite a interpretação de textos.

- Linguagem Verbal é aquela que utiliza somente palavras. Ela pode ser escrita ou oral.



É PROIBIDO
FUMAR
NESTE
LOCAL

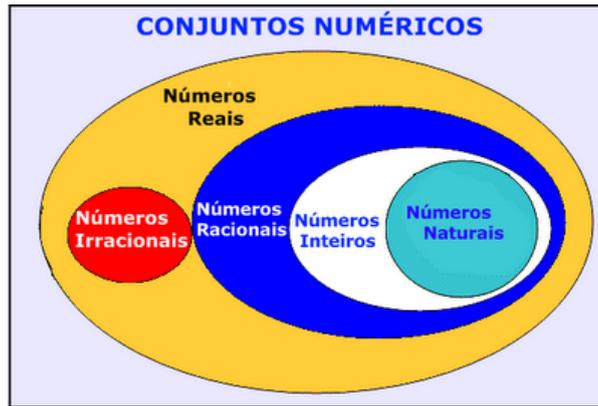


– O produto de dois números irracionais, pode ser um número racional.

Exemplo: $\sqrt{7} \cdot \sqrt{7} = \sqrt{49} = 7$ é um número racional.

Exemplo: radicais ($\sqrt{2}, \sqrt{3}$) a raiz quadrada de um número natural, se não inteira, é irracional.

Números Reais



Fonte: www.estudokids.com.br

Representação na reta



Intervalos limitados

Intervalo fechado – Números reais maiores do que a ou iguais a e menores do que b ou iguais a b.



Intervalo: $[a, b]$

Conjunto: $\{x \in \mathbb{R} | a \leq x \leq b\}$

Intervalo aberto – números reais maiores que a e menores que b.



Intervalo: $]a, b[$

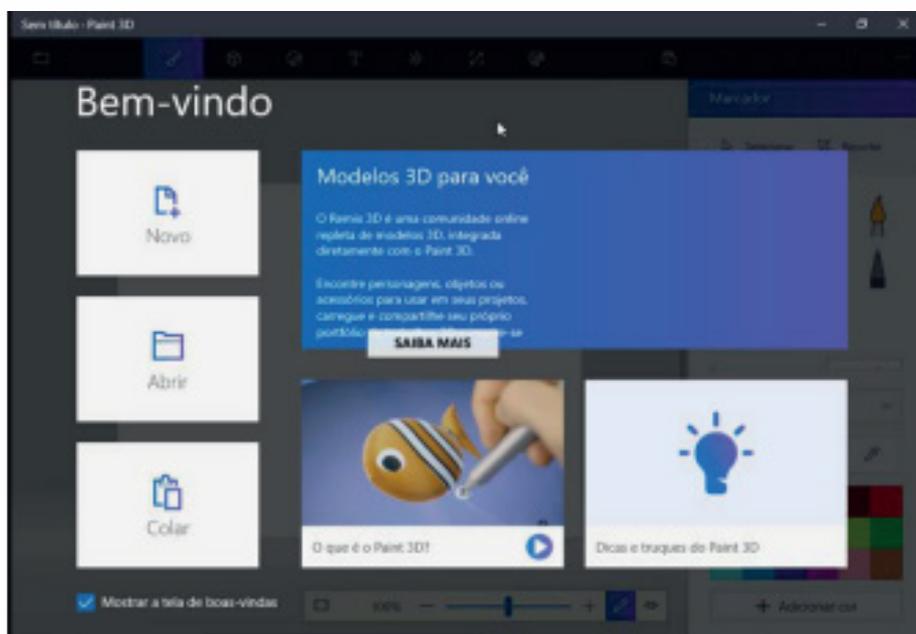
Conjunto: $\{x \in \mathbb{R} | a < x < b\}$

Intervalo fechado à esquerda – números reais maiores que a ou iguais a A e menores do que B.





Para abrir o Paint 3D clique no botão Iniciar ou procure por Paint 3D na caixa de pesquisa na barra de tarefas.



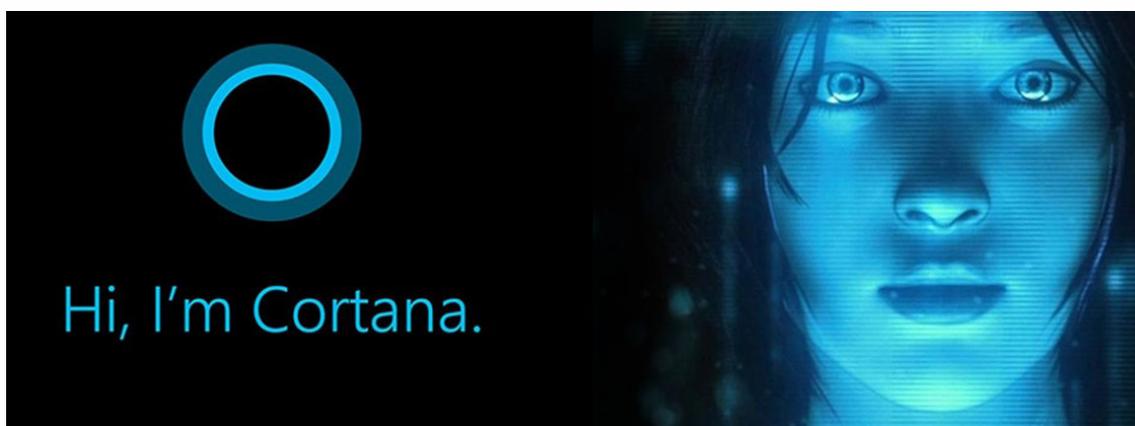
Paint 3D.

Cortana

Cortana é um/a assistente virtual inteligente do sistema operacional Windows 10.

Além de estar integrada com o próprio sistema operacional, a Cortana poderá atuar em alguns aplicativos específicos. Esse é o caso do Microsoft Edge, o navegador padrão do Windows 10, que vai trazer a assistente pessoal como uma de suas funcionalidades nativas. O assistente pessoal inteligente que entende quem você é, onde você está e o que está fazendo. O Cortana pode ajudar quando for solicitado, por meio de informações-chave, sugestões e até mesmo executá-las para você com as devidas permissões.

Para abrir a Cortana selecionando a opção  Digite aqui para pesquisar na Barra de Tarefas. Podendo teclar ou falar o tema que deseja.



Cortana no Windows 10.1

1 <https://www.tecmundo.com.br/cortana/76638-cortana-ganhar-novo-visual-windows-10-rumor.htm>



Conhecimentos Específicos

MERCADORIAS FORNECIDAS CONJUNTAMENTE COM SERVIÇOS	
Situação legal	Incidência Tributária
O serviço não está previsto na LC 116/2003.	O ICMS incide sobre o valor total da operação.
O serviço está previsto na LC 116/2003, sem ressalva de cobrança do ICMS.	O ISS incide sobre o valor total da operação.
O serviço está previsto na LC 116/2003, com ressalva de cobrança do ICMS.	O ISS incide sobre o valor do serviço. O ICMS incide sobre o valor das mercadorias fornecidas.

<http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/269/2019/07/Direito-Tribut%C3%A1rio-Esquematizado-Ricardo-Alexandre-2016.pdf>

Repartição Constitucional das Receitas Tributárias

A rigor, a repartição de receitas tributárias é matéria de direito financeiro, pois somente se refere às relações jurídicas entre os entes de direito público e não àquelas geradas entre tais entes e os particulares. A repartição da receita ocorrerá após o ingresso destas nos cofres de cada ente público, ou seja, após o exaurimento da relação de natureza tributária.

Apesar disso, como os programas dos concursos públicos inserem o tema na disciplina de direito tributário, analisar-se-ão aqui suas principais regras. A necessidade de um sistema constitucional de repartição de rendas decorre diretamente da forma federativa de Estado, caracterizada primordialmente pela autonomia dos entes que o compõem.

Não há como se imaginar a autonomia de um ente que não tenha recursos materiais para o desempenho das competências que a Constituição lhe atribui. Para atingir a autonomia financeira necessária à efetividade do poder de auto-organização e normatização, autogoverno e autoadministração, o legislador constituinte brasileiro se utilizou de duas técnicas de repartição de renda: a atribuição de competência tributária própria (discriminação por fonte) e a participação dos entes menores na receita arrecadada pelos entes maiores (discriminação por produto).

Assim, o sistema brasileiro de discriminação de rendas tributárias se classifica como misto. Com base na primeira técnica, a título de exemplo, no que concerne aos treze impostos previstos na Constituição Federal, sete foram colocados na competência privativa da União (CF, art. 153), três na dos Estados (art. 155) e três na dos Municípios (art. 156). O Distrito Federal acumulou as competências tributárias municipais e estaduais, podendo criar os seis impostos respectivos.

No que concerne ao tema ora tratado, o legislador constituinte reconheceu o desequilíbrio na repartição de competência que fizera, pois há uma inegável concentração de renda nos cofres públicos federais em detrimento dos Estados e Municípios, estando estes últimos numa situação ainda mais complicada. Por tudo, se decidiu por determinar que os entes maiores entregassem parte da receita arrecadada aos entes menores.

Aqui se tem o primeiro ponto de grande importância a ser enfatizado: a repartição sempre consiste na participação dos entes menores na arrecadação dos entes maiores, jamais ocorrendo no sentido inverso. Assim, a União (ente maior) entrega parcela de sua arrecadação para Estados, Distrito Federal e Municípios, não recebendo repasses constitucionais de nenhum deles.

Os Estados repartem parcela de suas receitas com os Municípios situados em seu território, não recebendo deles qualquer repasse. Já os Municípios não fazem qualquer repasse constitucional, uma vez que são o menor dentre os entes federados.

A mesma situação ocorre com o Distrito Federal, que, por não poder ser dividido em Municípios (conforme vedação expressa contida no art. 32, caput, da CF/1988), não possui um ente que lhe seja menor, de forma a não efetuar repasses constitucionais.